



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

&

Relatório dos Auditores Independentes



VERTENTE
agropecuária

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGROPECUARIA VERTNETE S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cabeceiras (GO), 15 de abril de 2024.



UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1 CVM 6785

CLAUDINEI DALLASTRA

Contador CRC DF 16037/O

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE - 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual
Findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1,00

Balço Patrimonial							
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022
ATIVO		120.424.124	111.391.404	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.424.124	111.391.404
Ativo Circulante		64.972.575	57.304.147	Passivo Circulante		10.554.812	10.524.941
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	12.666.712	8.629.747	Fornecedores	12	2.364.238	3.868.585
Contas a Receber	7	2.328.952	156.818	Salários e Obrigações Sociais	13	983.758	930.558
Impostos a Recuperar/Compensar		-	282.600	Obrigações Fiscais	14	1.104.138	295.660
Outros Créditos		569.270	-	Empréstimos e Financiamentos	15	4.387.269	4.771.509
Adiantamentos	10	2.237.220	1.693.660	Adiantamento Recebidos		126.823	-
Estoques	8	47.128.379	46.344.985	Outras Obrigações		1.588.586	658.629
Despesas Antecipadas		42.042	196.337				
Ativo Não Circulante		55.451.549	54.087.257	Passivo Não Circulante		8.003.584	11.131.417
Realizável a Longo Prazo		1.407.413	298	Empréstimos e Financiamentos	15	6.777.355	11.131.417
Dep. Judiciais e Cauções		298	298	Quotas de Consorcio a Pagar	10	1.026.229	-
Operações com Consórcios	10	1.407.115	-	Conting. Fiscais e Trabalhistas		200.000	-
Investimentos	9	-	-	Patrimônio Líquido	16	101.865.728	89.735.046
Imobilizado	11	54.044.136	54.086.959	Capital Social		45.640.000	45.640.000
				Reserva Legal		5.120.547	4.488.636
				Reserva de Capital		10.586.000	-
				Reserva de Lucros		40.519.181	39.606.410

Demonstração do Resultado do Exercício			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2023	2022
Receita Operacional Bruta	17	70.996.531	59.883.030
(-) Deduções da Receita Bruta	19	(1.248.608)	(1.031.112)
Receita Operacional Líquida		69.747.923	58.851.918
(-) Custos dos Produtos Vendidos	18	(40.305.564)	(22.852.422)
Lucro Operacional Bruto		29.442.359	35.999.496
Despesas/Receitas Operacionais		(13.685.833)	(9.590.390)
(-) Despesas com Pessoal		(1.441.434)	(2.417.646)
(-) Despesas com Materiais		(682.419)	(362.764)
(-) Despesas com Serviços		(6.197.183)	(3.294.153)
(-) Despesas com Locações		(2.837.688)	(293.448)
(-) Despesas com Depreciação		(2.627.120)	(2.259.793)
(+) Outras Receitas		1.270.722	9.492
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas		(1.170.711)	(972.078)
Resultado Operacional antes das Rec./Desp. Financeiras		15.756.526	26.409.106
Resultado Financeiro	20	(93.800)	(9.451)
(+) Receitas Financeiras		1.361.193	1.555.042
(-) Despesas Financeiras		(1.454.993)	(1.564.493)
(+/-) Resultado de Participações Societárias		-	-
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ		15.662.726	26.399.655
(-) Provisão para Imposto de Renda		(2.029.781)	(1.562.224)
(-) Provisão para Contribuição Social		(994.723)	(786.291)
Lucro Líquido do Exercício		12.638.222	24.051.140
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico		0,27691	0,52698

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente**LÚCIO ABREU ROSA MIARI**
Diretor Executivo**CELSO GUERRA LEMOS NETO**
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2023

Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Valores em R\$ 1,00

Descrição das Atividades	2023	2022
<u>Das atividades operacionais</u>		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	15.662.726	26.399.655
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.627.120	2.259.793
Superveniências (Ativas) e Passivas	306.174	204.570
Variação (Ativas) e Passivas no valor justo de ativos biológicos	276.120	330.922
(Ganho) Perda de ativos	5.722	22.334
(Ganho) Perda na alienação de bens	(6.082)	29.263
Despesa de juros	1.066.000	1.561.920
Provisão para processos judiciais	200.000	-
	20.137.780	30.808.457
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em Clientes	(2.172.134)	352.736
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	282.600	(34.167)
(Aumento) redução em Adiantamentos	(543.560)	(624.581)
(Aumento) redução em Estoques	(1.347.577)	(14.921.630)
(Aumento) redução em Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.822.090)	(98.515)
Aumento (redução) em Fornecedores	(1.504.347)	668.151
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	53.200	424.369
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	(17.684)	110.289
IRPJ e CSLL pagos	(2.198.341)	(2.246.004)
Aumento (redução) em juros a pagar	(1.066.000)	(1.561.920)
Aumento (redução) em Outros Adiantamento	126.823	-
Aumento (redução) em Outras Obrigações	6.122	604
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	9.934.792	12.877.789
<u>Das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(2.612.048)	(9.698.199)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	10.000	155.900
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(2.602.048)	(9.542.299)
<u>Das atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de dividendos	(507.540)	-
Aumento (redução) de Consórcios	1.956.186	-
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(4.744.425)	(3.391.900)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(3.295.779)	(3.391.900)
Fluxo de caixa total	4.036.965	(56.410)
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	8.629.747	8.686.157
No fim do exercício	12.666.712	8.629.747
Aumento (redução) nas disponibilidades	4.036.965	(56.410)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

Demonstração do Valor Adicionado

CNPJ - 21.392.197/0001-21

Demonstração Financeira Individual

Valores em R\$ 1.00

Receitas	2.023		2.022	
Da Atividade agropecuária	70.996.531		59.883.030	
Outras receitas (despesas)	482.706		(577.596)	
	<u>71.479.236</u>		<u>59.305.434</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(40.305.564)		(22.852.422)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(7.377.073)		(3.816.891)	
	<u>(47.682.638)</u>		<u>(26.669.314)</u>	
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(2.627.120)		(2.259.793)	
Valor adicionado líquido gerado	21.169.479		30.376.327	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.361.193		1.555.042	
	1.361.193		1.555.042	
Valor adicionado total a distribuir	22.530.672		31.931.369	
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	1.172.234 [▼]	5,20%	2.059.448 [▼]	6,45%
Salários e encargos	1.172.234		2.059.448	
Impostos, taxas e contribuições	4.816.528 [▼]	21,38%	3.965.414 [▼]	12,42%
Tributos Federais	3.601.329		2.943.563	
Tributos Estaduais	1.186.250		993.100	
Tributos Municipais	28.949		28.751	
Financiadores	3.903.689 [▼]	17,33%	1.855.367 [▼]	5,81%
Juros	1.066.000		1.561.920	
Aluguéis	2.837.688		293.448	
Acionistas	12.638.222 [▼]	56,09%	24.051.140 [▼]	75,32%
Distribuição de lucros	507.540		0	
Lucros retidos do exercício	12.130.682		24.051.140	
Valor adicionado total distribuído	22.530.672 [▼]	100%	31.931.369 [▼]	100%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual Findo em 31 de dezembro de 2023 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em R\$ 1,00

Transações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	112.438.898	3.286.079	33.124.598	30.469.659	179.319.234
Lucro Líquido do Exercício				24.051.140	24.051.140
Destinações					-
Reserva Legal		1.202.557		(1.202.557)	-
Integralização de Capital					-
Aumento de Capital	46.836.430		(33.124.598)	(13.711.832)	-
(-) Redução de Capital	(113.635.328)				(113.635.328)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	45.640.000	4.488.636	-	39.606.410	89.735.046
Lucro Líquido do Exercício				12.638.222	12.638.222
Destinações					-
Reserva Legal		631.911		(631.911)	-
Reserva de Capital			10.586.000	(10.586.000)	-
Distribuição de Dividendos				(507.540)	(507.540)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	45.640.000	5.120.547	10.586.000	40.519.181	101.865.728

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1.	Contexto Operacional..... 10
2.	Relação de Entidades Controladas..... 10
3.	Apresentação das Demonstrações Financeiras..... 10
4.	Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação 11
Políticas Contábeis	
5.	Principais Práticas e Estimativas Contábeis 11
Ativos	
6.	Caixa e Equivalentes de Caixa 14
7.	Contas a Receber..... 14
8.	Estoques..... 15
9.	Investimentos 16
10.	Quotas de Consórcio..... 16
11.	Imobilizado..... 16
Passivo e Patrimônio Líquido	
12.	Fornecedores..... 17
13.	Salários e Obrigações Sociais..... 17
14.	Obrigações Fiscais 17
15.	Empréstimos e Financiamentos 18
16.	Patrimônio Líquido..... 18
Outras Informações	
17.	Receitas 18
18.	Custo dos Produtos Vendidos 19
19.	Deduções de Tributos Incidentes sobre a Receita 19
20.	Resultado Financeiro..... 20
21.	Aspectos Tributários..... 20
22.	Projeção de Produtividade e Área por Cultura..... 20
23.	Cobertura de Seguros 21
24.	Partes Relacionadas 21
25.	Evento Subsequente..... 21
26.	Audidores Independentes..... 21
27.	Certificação 21
28.	Política Ambiental..... 21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2023.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Agropecuária Vertente S/A é uma pessoa jurídica de direito privado de fins lucrativos, produtora de commodities agrícolas focada na produção de café, que surge a partir da reorganização dos negócios da Trier Engenharia S/A, iniciando suas atividades em 01/11/2014, com área total de 3.880 hectares, situada no município de Cabeceiras - GO.

A Sociedade foi constituída a partir da integralização pela Trier Engenharia S/A de sua filial denominada Fazenda Salto - Imóvel rural, constituído de terras, benfeitorias, equipamentos e estoques.

Em setembro de 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de Ltda. em anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Agropecuária Vertente S/A.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, em alta escala, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental, contando com estrutura própria para a secagem e armazenagem do café.

b. Áreas de Negócios.

A Agropecuária Vertente S/A possui como atividades em terras próprias: Cultivo de café, feijão, soja, milho, crotalaria, algodão, criação de bovinos para corte, com predominância para o cultivo do café.

NOTA 2. Relação de Entidades Controladas

A companhia não possui ao final do exercício entidades Controladas.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com NBC TG 1001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas e por exigência dos Acionistas as Demonstrações Financeiras não foram consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicadas para o porte da sociedade.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Agropecuária Vertente S/A no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos da Seção 7 da NBC TG 1001.

A DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado – preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação.

Em conformidade com a Seção 32 da NBC TG 1001 (evento subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 foi autorizada pela diretoria em 01 de março 2024, desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:

a. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pela competência, na controlada pelo regime de caixa, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, são calculados com base nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis trimestrais, sobre os excedentes a R\$ 60.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

c. Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

d. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com a Seção 23 na NBC TG 1001, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo a Seção 23 na NBC TG 1001, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2023, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 17.

e. Remuneração dos Acionistas.

Houve no decorrer do exercício de 2023 remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

f. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 11.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023 não indicou a necessidade de ajustes por redução ao valor recuperável de ativos.

h. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes, tributos a recuperar, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e obrigações fiscais, estejam próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

i. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

j. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6)
- iii. Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 12).

v. *Financiamentos e Empréstimos*: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 15).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e 2022. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem os saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.i.

Disponibilidades	2023	2022
Caixa	2.490	1.674
Bcos C/Movimento	1.528.049	1.100.493
Aplicações Financeiras	11.136.173	7.527.580
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.666.712	8.629.747

Aplicações Financeiras.

As aplicações financeiras são compostas basicamente de Fundos de Renda Fixa, remunerados por taxas que variam em média em 31/12/2023 até 100% do CDI. A Companhia ao gerenciar o capital aplicado tem por objetivo resguardar a habilidade de sua continuidade operacional mantendo uma estrutura otimizada de capital reduzindo assim os custos de captação. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.ii.

NOTA 7. Contas à Receber.

São representadas pelas vendas de commodities agrícolas e de bovinos para corte. São registrados com base no princípio contábil da competência com a respectiva apropriação no resultado. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.iii.

Na data base findo do balanço constava como saldo de contas a receber o valor de R\$ 2.328.952 (2022 R\$ 156.818).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a companhia não possuía título cujo recebimento fosse considerado incerto ou que estivessem vencidos e, portanto, não se constituiu qualquer provisão para devedores duvidosos.

NOTA 9. Contingências Trabalhistas.

A Sociedade não é parte em processos judiciais de qualquer natureza, classificados como de possível perda que geram passivos contingentes na data do encerramento das demonstrações financeiras.

A Sociedade possui processos de natureza trabalhista, referente a 1 reclamação individual, envolvendo riscos de perda classificados como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão no montante estimado de R\$ 200.000,00.

NOTA 10. Quotas de Consórcio (adiantamentos).

Os saldos das contas de Quotas de Consórcio estão reconhecidos a valor presente, uma vez que são reajustadas conforme a variação do preço do bem de referência. A sociedade detém Quotas de Consórcio para aquisição de bens destinados ao Ativo Imobilizado, conforme demonstra-se a seguir.

As parcelas das Quotas de Consórcio pagas antes da contemplação, constituem Adiantamentos de Consórcio e são contabilizadas como adiantamentos no Ativo Circulante, na data findo 31/12/2023 monta o saldo de R\$ 1.586.614 (2022 R\$ 311.317). Os reajustes ocorridos nesta fase do Consórcio constituem custo adicional do bem, e assim são registrados como Adiantamentos de Consórcio, juntamente com a prestações pagas.

As Quotas de Consórcio contempladas, mas que ainda não foram destinadas a aquisição do Ativo Imobilizado, são classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo, na data findo 31/12/2023 monta o saldo de R\$ 1.407.115 (2022 R\$ 0,00).

A obrigação financeira, junto a Administradora de Consórcio, que é constituída por Quotas de Consórcio contempladas e convertidas ou não em bens do Ativo Imobilizado, são classificadas no balanço como outras obrigações no Passivo Circulante ou no Exigível a Longo Prazo a depender do prazo para pagamento, na data findo 31/12/2023 monta o saldo de R\$ 929.957 (2022 R\$0,00) no Circulante e R\$ 1.026.229 (2022 R\$0,00) no Exigível a Longo Prazo.

Os reajustes das prestações, devidos após a contemplação das Quotas de Consórcio, são considerados como despesas operacionais, a título de variação monetária passiva.

Em média, a Taxa de Administração de Consórcio gira em torno de 10% a.a.

NOTA 11. Imobilizado.

Em conformidade com a Seção 17 da NBC TG 1001, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. A composição do saldo do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo. Veja políticas contábeis na nota explicativa 5.f.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	2023	2022
Tributos s/Lucro e Receitas	1.020.794	161.467
Retenções s/Fornecedores	37.895	2.415
Retenções s/Salários	45.449	131.778
Total>>>>>	1.104.138	295.660

NOTA 15. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.v.

Na data do balanço em 31/12/2023, a sociedade detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2023/2024 conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES/FINAME	1.209.804	1.705.500	1.209.804	2.915.304
Itaú Unibanco S/A	126	-	93	-
Bco. Bradesco S/A	2.316.608	1.883.697	2.681.453	4.200.305
BRB S/A	211.500	1.480.500	211.500	1.692.000
Bco. do Brasil	7.563	-	1.473	-
CEF	641.668	1.707.658	667.186	2.323.807
	4.387.269	6.777.355	4.771.509	11.131.417
	11.164.624		15.902.926	

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A Companhia fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

NOTA 16. Patrimônio Líquido.

O capital social, na data do balanço, pertencentes a pessoas físicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 45.640.000 (Quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O saldo de reserva legal atende ao art. 193 da lei 6.404/76. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2023	2022
Capital Social Integralizado	45.640.000	45.640.000
Reserva de Lucros	40.519.181	39.606.410
Reserva de Capital	10.586.000	-
Reserva Legal	5.120.547	4.488.636
Total	101.865.728	89.735.046

NOTA 17. Receita Bruta.

Abaixo, quadro detalhando as receitas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.d.

Demonstrativo das Receitas	2023	2022
Semoventes - Bovinos para Corte	56.400	903.577
Milho a Granel e/ou em Espiga	2.328.077	8.605.819
Café Arábica em Grãos	41.243.858	34.324.290
Trigo	621.096	-
Soja em Grãos	2.733.387	11.903.697
Algodão	24.013.713	4.145.646
Total	70.996.531	59.883.030

Abaixo encontra-se o detalhamento da Receita Bruta deduzidas dos Cancelamentos e Devoluções ocorridas em 2023 por não satisfazer o desempenho esperado pelo cliente ou por diferença de peso entre balanças.

Atividade Agropecuária	Receita Bruta	Devoluções da Receita	Receita (-) Devoluções
Semoventes - Bovinos para Corte	56.400	- 56.400	-
Milho a Granel e/ou em Espiga	2.328.077	-	2.328.077
Café Arábica em Grãos	41.243.858	- 3	41.243.855
Trigo	621.096	-	621.096
Soja em Grãos	2.733.387	-	2.733.387
Algodão	24.013.713	- 6.322	24.007.391
Total	70.996.531	- 62.725	70.933.806

NOTA 18. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido.

Os custos com a safra compreendem o preço de aquisição de insumos, salários e seus encargos e outros custos diretamente atribuíveis à produção e colheita.

Custos Produtos Vendidos	2023	2022
Semoventes - Bovinos para Corte	-	810.121
Milho a Granel e/ou em Espiga	695.123	1.452.366
Café Arábica em Grãos	20.604.727	13.439.102
Trigo	424.312	-
Soja em Grãos	1.621.534	6.026.064
Algodão	16.959.868	1.124.769
Total	40.305.564	22.852.422

NOTA 19. Deduções Tributos Incidentes sobre a Receita.

a. Produtos Destinados à Exportação.

As vendas destinadas ao exterior, os tributos sobre o faturamento: PIS e COFINS possuem tributação Suspensa e o ICMS possui benefício da não tributação na sua efetiva exportação.

A agropecuária Vertente através de termo de acordo TARE junto a SEFAZ/GO, está credenciada a promover saída com fim específico de exportação de café cru sem destaque do ICMS.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno, são reguladas por normas distintas de tributação:

- i. *Competência:* Estaduais e Federais.
- ii. *Destino:* Dentro do estado de Goiás ou outra unidade da Federação.
- iii. *Destinatário:* Pessoa física ou jurídica, se indústria, comércio ou produtor rural.

Em geral, as vendas no mercado interno, seguem as seguintes regras fiscais:

- i. Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.
- ii. O ICMS é cobrado a alíquota de 17% para as operações internas e 12% para as operações para outra unidade da federação
- iii. As operações internas com venda de gado, soja e café são isentas da cobrança do ICMS.

A agropecuária Vertente é credenciada Junto a SEFAZ/GO a promover operações interestaduais sem o recolhimento antecipado do ICMS.

NOTA 20. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	2023	2022
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	1.192.502	1.469.829
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	33.092	55.527
Variações Monetárias e/ou Cambiais Ativas	135.599	29.685
Juros e Encargos s/Fornecedores	(319)	(778)
Juros e Encargos s/Emp., Financ. e Consórcios	(1.324.154)	(1.561.920)
Desc. Concedidos e/ou Perdas Aplic. Financeiras	(1)	(1.794)
Variações Monetárias Passivas	(130.518)	-
Total	(93.800)	(9.451)

NOTA 21. Aspectos Tributários.

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2023 e 2022 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido é adequado à legislação fiscal e favorável ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

NOTA 22. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área prevista para plantio do ano safra 2023/2024 e expectativas de colheita.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada (Sc)	Unidade de Medida	Previsão de Colheita
Soja	198	Out/2023	80	15.840	SC	Fev/2024
Café	1.560	2004 à 2022	41,7	65.000	SC	Mai a Set/2024
Algodão Seq.	602	21 a 27/11/2023	350	210.700	@	Jul/2024
Algodão Irrigado	120	13 a 17/11/2023	350	42.000	@	Mai a Ago /2024
Crotalaria	470	01/01/2024	1000	470.000	kg	Ago/2024

A área plantada é com utilização do sistema de irrigação por pivot central e/ou gotejamento e sequeiro em áreas arrendadas.

NOTA 23. Cobertura de Seguros.

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/12/2023, a cobertura está assim contratada.

- i. **Seguro Modalidade Multirisco Rural:** Cobertura a danos a mercadorias (grãos estocados e animais), contra os riscos de incêndio, danos elétricos e outros.
- ii. **Seguro Modalidade Penhor Rural:** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante.

NOTA 24. Partes Relacionadas.

De acordo com a Seção 33 da NBC TG 1001, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a pagamento de pró-labore aos administradores e permuta de máquinas e equipamentos.

NOTA 25. Evento Subsequente.

Não há Eventos Subsequentes a serem divulgados pela Companhia.

NOTA 26. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não está obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria das Demonstrações Financeiras.

NOTA 27. Certificação.

A companhia é certificada pelo Protocolo Guaxupé Planet Sustainable Coffee, no Código de Conduta 4C, Programa C.A.F.E. Practices e nos regulamentos 4C e Comexim - Large Farms VI. Estes módulos contêm requisitos aplicáveis à produção de café e atividades de processamento até à obtenção do café verde e inclui elementos como: padrões para manutenção de registros; uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas e proteção de direitos trabalhistas, entre outros.

NOTA 28. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

Administração.

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador